

Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	1.156.506	1.099.084	CIRCULANTE	627.796	524.140
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	16.951	19.901	DEPÓSITOS (NOTA 12)	244.677	184.266
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	97.055	92.528	Depósitos à Vista	168.504	124.409
Carteira Própria	97.055	92.528	Depósitos a Prazo	76.173	59.857
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	356.216	411.565	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	316.639	279.772
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	1	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	7	30
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	159	18	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	316.632	279.742
Correspondentes no país	121	146	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.451	2.117
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	355.935	411.400	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.451	2.117
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	641.872	544.156	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	-	7.676
Operações de Crédito	664.866	567.409	Empréstimos País - Outras Instituições	-	7.676
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(22.994)	(23.253)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	64.029	50.309
OUTROS CRÉDITOS	42.508	29.974	Cobrança e Arrecadação de Tributos	488	298
Créditos por Avais e Fianças Honrados (NOTA 07)	385	256	Sociais e Estatutárias	4.564	3.272
Rendas a Receber	3.260	2.433	Fiscais e Previdenciárias	3.751	2.012
Créditos Específicos	123	115	Diversas (NOTA 15)	55.226	44.727
Diversos (NOTA 07 E 08)	39.776	27.940			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(1.036)	(770)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	1.904	960			
Outros Valores e Bens	1.751	783			
(Provisão para desvalorização)	(25)	(18)			
Despesas Antecipadas	178	195			
NÃO CIRCULANTE	452.343	246.804	NÃO CIRCULANTE	752.719	630.729
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	68.450	5.197	DEPÓSITOS (NOTA 12)	745.229	624.915
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	68.450	5.197	Depósitos Interfinanceiros	9.957	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	324.549	190.892	Depósitos a Prazo	735.272	624.915
Operações de Crédito	344.532	208.084	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	7.490	5.814
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(19.983)	(17.192)	Repasse Interfinanceiros	7.490	5.814
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07 E 08)	7	3			
Diversos	7	3			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	178	225	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	228.334	191.019
Despesas Antecipadas	178	225	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	89.111	87.256
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	26.358	23.538	De Domiciliados no País	89.388	87.316
Outros Investimentos	26.358	23.538	(Capital a Realizar)	(277)	(60)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	23.186	19.401	RESERVAS DE SOBRAS	119.548	85.747
Imóveis de Uso	9.057	9.057	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	19.675	18.016
Outras Imobilizações de Uso	26.252	20.632			
(Depreciação acumulada)	(12.123)	(10.288)			
INTANGÍVEL (NOTA 11)	9.615	7.548			
Outros Ativos Intangíveis	18.716	14.716			
(Amortização acumulada)	(9.101)	(7.168)			
TOTAL DO ATIVO	1.608.849	1.345.888	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.608.849	1.345.888

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	85.188	-	85.188	163.521	-	163.521	153.720	-	153.720
Operações de Crédito	81.471	-	81.471	156.644	-	156.644	144.657	-	144.657
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	3.710	-	3.710	6.847	-	6.847	9.061	-	9.061
Resultado das Aplicações Compulsórias	7	-	7	30	-	30	2	-	2
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(37.762)	(83)	(37.845)	(73.078)	(149)	(73.227)	(90.319)	(1.579)	(91.898)
Operações de Captação no Mercado	(21.969)	(83)	(22.052)	(41.929)	(149)	(42.078)	(56.572)	(106)	(56.678)
Operações de Empréstimos e Repasses	(7.641)	-	(7.641)	(15.943)	-	(15.943)	(15.177)	(1.473)	(16.650)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.152)	-	(8.152)	(15.206)	-	(15.206)	(18.570)	-	(18.570)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	47.426	(83)	47.343	90.443	(149)	90.294	63.401	(1.579)	61.822
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(24.374)	6.819	(17.555)	(46.931)	12.898	(34.033)	(26.341)	10.663	(15.678)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	8.494	14.125	22.619	15.728	26.331	42.059	12.699	20.499	33.198
Rendas de Tarifas Bancárias	4.512	-	4.512	8.892	-	8.892	8.334	-	8.334
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(24.918)	(2.738)	(27.656)	(47.360)	(5.065)	(52.425)	(42.610)	(4.162)	(46.772)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(16.144)	(2.877)	(19.021)	(31.154)	(5.165)	(36.319)	(27.199)	(3.703)	(30.902)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(67)	(665)	(732)	(135)	(1.243)	(1.378)	(221)	(936)	(1.157)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 22)	19.015	218	19.233	37.295	325	37.620	46.292	427	46.719
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	(15.266)	(1.244)	(16.510)	(30.197)	(2.285)	(32.482)	(23.636)	(1.462)	(25.098)
RESULTADO OPERACIONAL	23.052	6.736	29.788	43.512	12.749	56.261	37.060	9.084	46.144
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(51)	68	17	114	138	252	644	157	801
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	23.001	6.804	29.805	43.626	12.887	56.513	37.704	9.241	46.945
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(628)	(628)	-	(3.068)	(3.068)	-	(736)	(736)
Provisão para Imposto de Renda	-	(350)	(350)	-	(1.785)	(1.785)	-	(426)	(426)
Provisão para Contribuição Social	-	(278)	(278)	-	(1.283)	(1.283)	-	(310)	(310)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	23.001	6.176	29.177	43.626	9.819	53.445	37.704	8.505	46.209
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	9.819	(9.819)	-	8.505	(8.505)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	23.001	6.176	29.177	53.445	-	53.445	46.209	-	46.209
REVERSÃO DA RESERVA DE EXPANSÃO	-	-	-	1.109	-	1.109	-	-	-
DESTINAÇÕES	-	-	-	(34.879)	-	(34.879)	(28.193)	-	(28.193)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(5.449)	-	(5.449)	(7.676)	-	(7.676)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.342)	-	(2.342)	(1.802)	-	(1.802)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(23.422)	-	(23.422)	(16.214)	-	(16.214)
Reserva de Expansão	-	-	-	(1.405)	-	(1.405)	-	-	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.261)	-	(2.261)	(2.501)	-	(2.501)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	19.675	-	19.675	18.016	-	18.016

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	81.890	61.360	-	-	13.296	156.546
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	(6.366)	(6.366)
Destinações para reservas	-	5.672	-	-	(5.672)	-
Outras destinações	-	-	-	-	(1.258)	(1.258)
Capital de associados						
Aumento de capital	2.738	-	-	-	-	2.738
Baixas de capital	(4.926)	-	-	-	-	(4.926)
Resultado do período	-	-	-	-	46.209	46.209
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(1.802)	(1.802)
Reserva Legal - Estatutária	-	16.214	-	-	(16.214)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.554	-	-	-	(7.676)	(122)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.501	-	-	(2.501)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	87.256	85.747	-	-	18.016	191.019
Mutações do Período	5.366	24.387	-	-	4.720	34.473
Saldos no início do período em 01/01/2018	87.256	85.747	-	-	18.016	191.019
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	(9.002)	(9.002)
Destinações para reservas	-	6.713	1.109	1.109	(8.931)	-
Outras destinações	-	-	-	-	(83)	(83)
Capital de associados						
Aumento de capital	1.619	-	-	-	-	1.619
Baixas de capital	(5.129)	-	-	-	-	(5.129)
Reversões de reservas	-	-	(1.109)	(1.109)	1.109	(1.109)
Resultado do período	-	-	-	-	53.445	53.445
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(2.342)	(2.342)
Reserva Legal - Estatutária	-	23.422	-	-	(23.422)	-
Reserva de Expansão	-	-	1.405	-	(1.405)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.365	-	-	-	(5.449)	(84)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.261	-	-	(2.261)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	89.111	118.143	1.405	-	19.675	228.334
Mutações do Período	1.855	32.396	1.405	-	1.659	37.315
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	85.561	92.460	1.109	1.109	24.268	204.507
Capital de associados						
Aumento de capital	838	-	-	-	-	838
Baixas de capital	(2.653)	-	-	-	-	(2.653)
Reversões de reservas	-	-	(1.109)	(1.109)	1.109	(1.109)
Resultado do período	-	-	-	-	29.177	29.177
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(2.342)	(2.342)
Reserva Legal - Estatutária	-	23.422	-	-	(23.422)	-
Reserva de Expansão	-	-	1.405	-	(1.405)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.365	-	-	-	(5.449)	(84)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.261	-	-	(2.261)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	89.111	118.143	1.405	-	19.675	228.334
Mutações do Período	3.550	25.683	296	(1.109)	(4.593)	23.827

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais -
Sicredi Uniestados
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71**

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	32.965	58.412	55.933
Resultado do semestre/exercício	29.177	53.445	46.209
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	3.788	4.967	9.724
Provisão para operações de crédito	4.848	2.531	6.072
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	7	7	-
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	18	267	(185)
Depreciação do imobilizado de uso	1.411	2.744	2.288
Amortização do intangível	1.025	1.933	1.804
Baixas do ativo permanente	91	166	81
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(1.075)	(365)	1.140
Destinações ao FATES	(2.342)	(2.342)	(1.802)
Dividendos SicrediPar	(195)	26	326
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(84.042)	(89.523)	(20.579)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(63.089)	(63.254)	(1.393)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(1.555)	(4.526)	(42.710)
Redução em relações interfinanceiras ativas	5.938	-	2
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(21)	(141)	117
Redução em relações com correspondentes	88	25	266
(Aumento) em operações de crédito	(200.317)	(233.904)	(107.669)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	78.159	38.543	21.822
(Aumento) em outros créditos	(10.966)	(12.830)	(5.861)
(Aumento) em outros valores e bens	(208)	(904)	(79)
Aumento em depósitos	100.742	180.726	104.761
Aumento em relações interdependências passivas	1.647	333	469
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(10.777)	(7.676)	(22)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(593)	(1.744)	(1.596)
Aumento em outras obrigações	16.910	15.829	11.314
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(51.077)	(31.111)	35.354
Aquisição de Investimentos	-	(2.821)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.784)	(6.695)	(5.223)
Aplicações no Intangível	(1.373)	(4.000)	(2.174)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.157)	(13.516)	(7.397)
Integralização de capital	838	1.619	2.738
Baixa de capital	(2.653)	(5.129)	(4.926)
Reversões de reservas	(1.109)	(1.109)	-
Juros ao capital próprio	(84)	(84)	(122)
Distribuição de Sobras	-	(9.085)	(7.624)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.008)	(13.788)	(9.934)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(59.242)	(58.415)	18.023
Caixa e equivalente de caixa no início do período	432.128	431.301	413.278
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	372.886	372.886	431.301

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 14/04/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 29 de Janeiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	16.951	19.901
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	355.935	411.400
Total	372.886	431.301

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	68.450	5.197
DI entre Banco e Cooperativas	61.402	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	7.048	5.197
Total não circulante	68.450	5.197

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2018	2017
Cotas de Fundos de Renda Fixa	97.055	92.528
Total circulante	97.055	92.528

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	310.374	286.439	596.813	418.075
Financiamentos	68.263	46.420	114.683	77.415
Financiamentos rurais e agroindustriais	286.229	11.673	297.902	280.003
Carteira total	664.866	344.532	1.009.398	775.493

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	385	-	385	256
Devedores por compra de valores e bens	-	-	-	40
Títulos e créditos a receber (i)	30.451	7	30.458	21.239
Total	30.836	7	30.843	21.535

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	340	-	-	-
Nível A	0,50	297.866	244.746	1.489	1.224
Nível B	1,00	444.594	343.739	4.446	3.437
Nível C	3,00	209.582	118.298	6.287	3.549
Nível D	10,00	41.311	46.453	4.131	4.645
Nível E	30,00	20.263	16.256	6.079	4.877
Nível F	50,00	7.392	7.356	3.696	3.678
Nível G	70,00	4.589	2.745	3.212	1.922
Nível H	100,00	14.304	17.435	14.304	17.435
Total (i)		1.040.241	797.028	43.644	40.767

(i) Em 31 de dezembro de 2018 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 369 (2017 - R\$ 448).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2018				Total da Carteira	Total da Carteira
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	5.835	65.733	94.074	135.152	300.794	232.646
Rural	719	57.269	228.241	11.673	297.902	280.003
Industrial	122	12.475	16.356	34.640	63.593	42.398
Comércio	1.190	45.232	72.461	60.526	179.409	114.834
Outros Serviços	848	35.501	59.646	102.548	198.543	127.147
Total	8.714	216.210	470.778	344.539	1.040.241	797.028

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	71.784	6,90	47.223	5,92
50 devedores seguintes	159.292	15,31	111.799	14,03
100 devedores seguintes	123.807	11,90	98.145	12,31
Demais	685.358	65,88	539.861	67,74
Total	1.040.241	100	797.028	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	41.215	35.328
Constituição de provisão	15.206	18.570
Movimentação de baixados para prejuízo	(12.408)	(12.683)
Saldo final	44.013	41.215

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.632 (2017 - R\$ 4.287), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 36.429 (2017 - R\$ 32.261).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	85	146
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	5.157	3.470
Devedores por compra de valores e bens	-	40
Devedores por depósitos em garantia	2.149	1.466
Impostos e contribuições a compensar	356	409
Títulos e créditos a receber	30.451	21.236
Valores honrados	-	28
Cotas de consórcio	237	45
Devedores por convênios	11	11
Operações com cartões	772	127
Pendências a regularizar	106	150
Outros	452	812
Total Circulante	39.776	27.940

Títulos e créditos a receber	7	3
Total não circulante	7	3

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	1.751	783
Imóveis	1.693	756
Veículos e afins	58	27
Despesas antecipadas	178	195
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(25)	(18)
Total Circulante	1.904	960

Despesas antecipadas	178	225
Total não circulante	178	225

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 25 (2017 - R\$ 18) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	14.242	11.422
Sicredi Participações S.A.	12.115	12.115
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	26.358	23.538

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	3.929.366 ON 8.185.968 PN	3.929.366 ON 8.185.968 PN	1 Quotas	1 Quotas	14.241.629 Quotas	11.421.256 Quotas
Percentual de participação	1,38%	1,38%	0,62%	0,61%	3,71%	3,25%
Capital social	880.597	874.847	164	164	383.377	351.047
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	393.914	361.565
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	12.115	12.115	1	1	14.242	11.422

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	35.309	(12.123)	23.186	19.401
Imobilizações em curso	-	2.210	-	2.210	359
Terrenos	-	4.442	-	4.442	4.442
Edificações	4%	4.615	(1.437)	3.178	3.363
Instalações	10%	7.021	(2.947)	4.074	3.354
Móveis e equipamentos de uso	10%	7.395	(2.716)	4.679	3.726
Sistema de comunicação	10%	432	(172)	260	246
Sistema de processamento de dados	20%	6.446	(3.644)	2.802	2.749
Sistema de segurança	10%	1.423	(542)	881	674
Sistema de transporte	20%	1.325	(665)	660	488
Intangível (i)		18.716	(9.101)	9.615	7.548
Investimentos Confederação		18.716	(9.101)	9.615	7.548
Total		54.025	(21.224)	32.801	26.949

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018				2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	168.504	-	-	168.504	124.409
Depósitos Interfinanceiros	-	-	9.957	9.957	-
Depósitos a prazo	33.857	42.316	735.272	811.445	684.772
Total	202.361	42.316	745.229	989.906	809.181

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	316.632	279.742
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	316.632	279.742
Total circulante	316.632	279.742
Recursos do Crédito Rural	7.490	5.814
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	7.490	5.814
Total não circulante	7.490	5.814

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 20/12/2023, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	-	7.676
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	-	7.676
Total circulante	-	7.676

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017 (Reapresentado)
Cheques administrativos	2.104	2.800
Obrigações por convênios oficiais	14	15
Provisão para pagamentos a efetuar	11.132	9.965
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	3.691	4.056
Outras Contingências	22	207
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	4.360	3.408
Pendências a regularizar	16	16
Operações com cartões	30.287	20.577
Demais fornecedores	1.734	1.729
Credores diversos	1.866	1.954
Total circulante	55.226	44.727

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	3.873	1.808	(2.218)	3.463
Cível	183	219	(174)	228
Total	4.056	2.027	(2.392)	3.691

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	3.463	3.873
Cível	Provável	228	183
Total		3.691	4.056

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 122; R\$ 367 e R\$ 921 (2017 - R\$ 4.013, R\$ 551 e R\$ 921), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento processos administrativos, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo ISSQN. Os processos encontram-se em fase de impugnação tramitando junto à Secretaria Municipal da Fazenda de Erechim e Município de Concórdia, atingindo o valor de R\$ 662, atualizado pela Selic, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

A Cooperativa, adicionalmente, também possui em andamento o processo administrativo nº 38811065, versando sobre matéria tributária em que discute a ausência de recolhimento da Taxa de Serviços Diversos referente ao registro de contrato de financiamento de veículo, devida ao Órgão Estadual de Trânsito (DETRAN/RS), para fins de anotação de gravame. O processo encontra-se em fase de impugnação tramitando junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - SEFAZ/RS, atingindo o valor de R\$ 190, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	89.111	87.256
Total de associados	91.406	86.289

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ 1.855 (2017 – R\$ 5.366), sendo R\$ 5.365 (2017 – R\$ 7.554) via integralização de resultados e R\$ 1.619 (2017 – R\$ 2.738.), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.129 (2017 – R\$ 4.926).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,37% em Conta Capital, no montante de R\$ 5.449, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 50% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou 3% para a Reserva de Expansão.

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2018 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 184 (R\$ 804 em dezembro de 2017), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	56.513	46.945
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(23.735)	(19.717)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	86	11
Provisão resgate de milhas cartão	92	58
Provisão PPR	(146)	80
Receita com atos cooperativos	18.323	15.835
Juros sobre capital próprio	2.289	3.224
Outros	23	(227)
Subtotal	20.667	18.981
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(3.068)	(736)

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Disponibilidades (Nota 04)	1	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	68.450	5.197
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	97.055	92.528
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	355.935	411.400
Outros Créditos - Rendas a receber	2.770	1.946
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	909	3.394
Investimentos (Nota 10)	26.358	23.538
Intangível (Nota 11)	9.615	7.548
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	324.122	285.556
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	-	7.676
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	29.528	20.612
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	6.847	9.061
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	15.024	10.452
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	26.293	40.037
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	184	804
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	15.943	16.650
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	1.586	1.292
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	15.247	14.436

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	151	0,09%	435
Depósitos a prazo	1.593	0,20%	1.771
Operações de crédito	5.380	0,53%	3.277

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	2.402	2.287

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	882	697
Despesa de aluguéis	3.608	3.193
Despesa de comunicação	2.241	1.897
Despesa de manutenção e conservação	2.512	2.475
Despesa de material	649	607
Despesa processamento dados	1.004	760
Despesa de promoções e relações públicas	5.071	2.642
Despesa de propaganda e publicidade	634	524
Despesa de seguro	134	140
Despesa de serviços do sistema financeiro	3.597	3.330
Despesa de serviços de terceiros	1.216	1.112
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.611	2.379
Despesa de serviços de técnicos especializados	2.043	1.474
Despesa de serviços de transportes	2.135	2.209
Despesa de viagem	287	209
Despesa de depreciação	2.744	2.288
Outras despesas administrativas	4.951	4.966
Total	36.319	30.902

NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	2.502	1.498
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	25.275	38.776
Reversão de provisões operacionais	7.747	4.255
Outras rendas operacionais	2.096	2.190
Total	37.620	46.719

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	3.248	2.146
Contribuições Cooperativistas	118	109
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	598	595
Contribuição Confederação Sicredi	10.936	9.757
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	1.321	1.066
Encargos da administração financeira	167	218
Repasse administradora de Cartões	535	942
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.933	1.804
Outras provisões operacionais	7.909	5.785
Outras despesas operacionais	5.717	2.676
Total	32.482	25.098

NOTA 24 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	304.143	224.234
Coobrigações em cessões de crédito	193	412
Total	304.336	224.646

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	218.719	185.826
Nível I (NI)	218.719	185.826
Capital principal - CP	218.719	185.826
Capital social	89.111	87.256
Reservas de capital	119.548	85.747
Lucros acumulados	19.675	18.016
Ajustes Prudenciais	(9.615)	(5.193)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.395.325	1.074.511
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	5.209	2.081
Margem de Capital (i)	67.000	70.922
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,68%	17,29%
Situação de Imobilização (Imob)	23.187	21.758
Índice de Imobilização (Imob / PR)	10,60%	11,71%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Elisandro Luis Marmentini
Diretor Executivo
CPF: 543.126.980-15

Jaime Célio Testolin
Diretor de Operações
CPF: 740.887.260-49

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20